

UM PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO BRASILEIRO DO TOCANTINS

Alessandra Gomes Duarte Lima¹, Moacir José dos Santos², Monica Franchi Carniello³

^{1,2,3} Universidade de Taubaté/Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225. Taubaté – SP, Brasil. E-mail: alesaulo96@hotmail.com

Resumo: Em 1808, juntamente com a família real portuguesa, chegavam ao Brasil as primeiras escolas de ensino superior, sendo o acesso, até o final do século XIX, restrito às elites. Ao longo do século XX e início do século XXI, muitas transformações ocorreram neste campo, dentre as quais a ampliação do número de Instituições de Ensino Superior e o acesso a uma gama mais ampla de pessoas com condições sócio-econômicas distintas. O artigo tem como objetivo caracterizar o ensino superior no Tocantins e também compará-lo aos demais estados da Região Norte e do Brasil. Entre 1991 e 2008, a educação superior tocantinense teve um aumento percentual de 1600% em quantidade de IES, 1184% em cursos e 2347% em vagas. Entre os estados da Região Norte, em 2008 o Tocantins se destacou ocupando o 1º lugar em número de IES. Todavia, ocupava apenas o 5º lugar em número de cursos e o 4º em vagas. No contexto nacional, as IES tocantinenses representavam apenas 1,42% do total, os cursos 0,64% e as vagas apenas 0,048%. Assim, verificou-se que, apesar de ainda novo, o Tocantins galgou avanços nesta área, embora ainda tenha um longo caminho a trilhar diante do cenário brasileiro ou mesmo em relação à Região Norte.

Palavras-chave: Educação Superior. Instituição de Ensino Superior. Tocantins.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Por ser um processo social responsável por importantes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, a educação superior tem papel essencial na formação da elite intelectual e científica da coletividade a qual serve, fomentando o desenvolvimento local e regional.

Ao longo dos últimos anos, muitos têm sido os esforços no intuito de aumentar o acesso da população ao ensino superior e grandes avanços ocorreram neste sentido.

Em cerca de 200 anos de história, as instituições de educação superior se multiplicaram e se modernizaram, ofertando atualmente, apenas na graduação presencial, mais de 25.000 cursos. (INEP, 2009).

A criação das primeiras instituições brasileiras, nas áreas de medicina, engenharia e artes, motivada pela chegada ao Brasil da Família Real Portuguesa em 1808, foi o ponto de partida para se transformar em um sistema composto por mais 2250 instituições em todo o País, entre faculdades, centros universitários e universidades.

Hoje são mais de cinco milhões de brasileiros, advindos das mais diversas classes sociais e regiões, integrantes do ensino superior, nas redes pública e privada. (INEP, 2009).

O atual cenário do ensino superior brasileiro fosse talvez impensável há cerca de 20 anos, pois dominavam as instituições públicas e algumas poucas privadas, com mensalidades mais altas

que hoje, permitindo o ingresso, em maioria, às pessoas com maior poder aquisitivo. Estimativas dão conta de que até 1995, apenas 2% da população brasileira tinha acesso às universidades. (BARBI; SANTOS, 2006).

A partir de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Brasil testemunhou uma revolucionária abertura no setor educacional privado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que incentivou os investimentos particulares nesse setor e, conseqüentemente, o aumento da oferta de vagas suprimindo, assim, a carência no ensino de 3º grau. (BARBI; SANTOS, 2006).

Nesse contexto, o presente artigo se propôs a traçar um panorama do ensino superior no Estado do Tocantins, tendo como foco a educação superior presencial, levantando informações sobre todas as IES existentes no Estado e, ainda, analisar seu crescimento em comparação aos números dos demais estados da Região Norte e do Brasil.

A LDB e as Mudanças no Ensino Superior

A Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promoveu várias mudanças na educação brasileira, com destaque especial, neste caso, para o ensino de 3º grau. Dentre elas, algumas são destacadas a seguir.

O exame vestibular deixou de ser a única forma de ingresso, pois a referida lei fala em 'processo seletivo', o que abriu caminho para que as instituições de ensino superior (IES) adotassem diversos processos de admissão de estudantes, adequando-se à competitividade do mercado. (RAMAL, 1997).

As IES passam a sofrer um processo de avaliação, assim como o rendimento dos alunos. A partir dos resultados dessa análise, o MEC pode descredenciar cursos, intervir ou suspender temporariamente a autonomia das instituições, bem como rebaixá-las a Centro Universitário (centros sem a exigência de pesquisa) ou mesmo descredenciá-las. Passa-se a exigir das universidades o seu recredenciamento a cada cinco anos. (RAMAL, 1997).

Para que sejam reconhecidas como universidades, as instituições deverão ter, no mínimo, um terço de seus professores mestres e/ou doutores. A Lei também introduziu os cursos seqüenciais por campo do saber, além dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

Foram criados ainda, no processo de regulamentação da LDB, os cursos superiores de tecnologia, gozando das mesmas prerrogativas dos cursos de graduação, com carga horária menor do que a tradicional, conferindo o diploma de tecnólogo. Foi instituído o Conselho Nacional de Educação em substituição ao antigo Conselho Federal de Educação.

De acordo com a referida lei, o ensino superior deveria ser provido por instituições com diferentes níveis, fossem elas públicas ou privadas. Até a LDB, as IES eram divididas em instituições universitárias (universidades) e as não-universitárias (estabelecimentos integrados ou isolados, como faculdades, escolas e institutos). O setor público era maioria entre as universidades e o privado predominava entre as instituições não-universitárias. A nova LDB fez surgir um novo tipo de instituição universitária, os chamados centros universitários. Posteriormente, surgem também os centros federais de educação tecnológica (Cefets), classificados no mesmo nível dos centros universitários. (NUNES, 2007).

Nunes (2007) destaca que, a partir promulgação da LDB e sua posterior regulamentação, foram abertas as portas para um significativo crescimento do ensino superior no setor privado. Segundo o autor, "Tal fato não demorou a se confrontar com a matriz de orientação da educação superior que se fundamentava no setor público, em parte pela tradição e força das universidades federais e estaduais, mas também porque o poder público federal é o principal agente de regulação".

O fortalecimento de um setor educacional com fins lucrativos, estimulado de forma clara por

meios legais e regulamentações, fez com que aos poucos o Brasil fugisse das tendências mundiais, cujos países toleram tais instituições, mas não permitem o que Nunes (2007) classifica como "mercantilização do setor".

Nunes (2007, p.107) expõe que as IES são classificadas pelo governo de acordo com dois critérios: organização acadêmica e categoria administrativa. O primeiro deles, referente à estruturação, distingue as instituições nos seguintes tipos: "universidades, centros universitários, centros federais de educação tecnológica, faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores". Tais tipos podem ainda ser agrupados de duas maneiras: em instituições universitárias, que congregam universidades e centros; e as instituições não-universitárias, envolvendo os demais.

Apesar de ser um critério atribuído às IES, a categoria administrativa diz respeito à situação das mantenedoras. As públicas são classificadas em instituições federais, estaduais ou municipais, de acordo com a instância de vínculo com o governo. Para Nunes (2007),

As privadas dividem-se em comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares, sendo que as três primeiras referem-se à IES mantidas por instituições sem fins lucrativos. Já as particulares incluem tanto as IES vinculadas a mantenedoras com fins lucrativos, que seriam particulares em sentido estrito, quanto às mantidas por entidades sem fins lucrativos, mas que não se enquadrem no tipo filantrópico. (2007, p.107).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa; exploratória quanto aos objetivos e de cunho bibliográfico e documental quanto aos procedimentos, com consulta aos sites do Sistema de Regulação do Ensino Superior do Ministério da Educação (E-MEC); do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), tendo como parâmetro os dados entre 1991 e 2008; a outros sítios e também a artigos científicos relacionados à temática.

Resultados

O mais novo dentre os 26 estados da Federação foi criado em 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte e está localizado na região Norte, no centro geográfico brasileiro. O Tocantins também compõe a região Amazônica, juntamente com mais nove estados. (GOVERNO DO TOCANTINS, 2010).

Com uma economia baseada especialmente na pecuária e agricultura, o Estado

é composto por 139 municípios, distribuídos em um território de mais de 270 milhões de km², sendo Palmas sua capital. Em 2009, a população tocantinense era estimada em 1.292.051 habitantes. (IBGE, 2010).

A riqueza da biodiversidade e dos recursos naturais tocantinenses também se destaca. Mais de 50% de seu território envolve áreas de preservação, unidades de conservação e bacias hídricas, nas quais podem ser encontrados santuários como a Ilha do Bananal, os parques estaduais do Jalapão, do Lajeado, do Cantão, dentre outros. (GOVERNO DO TOCANTINS, 2010).

Conforme Souza e Silva (2006), a trajetória do ensino superior tocantinense seguiu a própria história de luta e manifestações em favor da criação do Estado, que contou com diversos segmentos organizados da sociedade, especialmente os movimentos estudantis que datam das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1980, sendo os primeiros em prol do então Norte Goiano.

Assim como em todo o País, as mudanças vividas pela educação superior no Estado também acompanharam os efeitos da crise que afetou a educação pública de 3º grau. Souza e Silva (2006) ressaltam que tal crise gerou adoção de novas políticas educacionais que levaram a várias transformações nesta área a partir da segunda metade da década de 1990.

[...] no âmbito da política educacional em curso no país nos anos 90, que foram políticas de reestruturações e transformações da educação superior, em que a lógica de desenvolvimento foi a mesma que orientou a Reforma do Estado Brasileiro, ou seja, os encaminhamentos dados pelos organismos multilaterais e pela política neoliberal já consolidada neste período, sendo pois guardadas as suas especificidades regionais e locais. (SOUZA; SILVA, 2006, p.56-59).

Em levantamento feito a partir do site E-mec e também de páginas eletrônicas das IES do Estado, constatou-se que atualmente o Tocantins conta com 24 Instituições de Ensino Superior, entre públicas e privadas, localizadas em 15 municípios, conforme descreve o Quadro 1.

Instituição	Ano de Fundação	Natureza	Localização
Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS)	1990	Pública - Estadual	Palmas
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	2003	Pública - Federal	Araguaína Arraias Gurupi

			Miracena do Tocantins Palmas Porto Nacional Tocantinópolis
Faculdade Católica Dom Orione (FACDO)	2005	Privada	Araguaína
Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e de Saúde de Araguaína (FAHESA/ ITPAC)	1998	Privada	Araguaína
Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA)	2006	Pública – Municipal	Araguatins
Faculdade do Bico do Papagaio (FABIC)	Não consta	Pública – Municipal	Augustinópolis
Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas (FIESC)	1999	Pública – Municipal	Colinas do Tocantins
Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste Tocantinense (FADES)	2005	Pública – Municipal	Dianópolis
Faculdade Guarai (FAG)	2000	Pública – Municipal	Guarai
Centro Universitário UnirG	1985	Pública – Municipal	Gurupi
Ceulp/Ulbra	1996	Privada	Palmas
Faculdade Católica do Tocantins (FACTO)	2003	Privada	Palmas
Faculdade de Palmas (FAPAL)	2002	Privada	Palmas
Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo (IEPO)	1997	Privada	Palmas
Faculdade de Tecnologia de Palmas (FATEP)	2005	Privada	Palmas
Faculdade ITOP	Não consta	Privada	Palmas
Faculdade de Adm. de Empresas de Paraíso do Tocantins (FAP)	2004	Privada	Paraíso do Tocantins
Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP)	2005	Privada	Paraíso do Tocantins
Faculdade de Sistemas de Informação de Paraíso do Tocantins (FSIP)	2004	Privada	Paraíso do Tocantins
Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paraíso (FECIPAR)	1995	Pública - Municipal	Paraíso do Tocantins
Faculdade Rio Sono (RISO)	2004	Pública - Municipal	Pedro Afonso
Faculdade Antônio Propício Aguiar Franco (FAPAF)	2009	Pública - Municipal	Pium
Faculdade Presidente Antônio Carlos (ITPAC)	2008	Privada	Porto Nacional

Faculdade São Marcos (FASAMAR)	2002	Privada	Porto Nacional
--------------------------------	------	---------	----------------

partir do Censo da Educação Superior realizado anualmente pelo INEP (Tabelas 1, 2 e 3).

Quadro 1 – IES do Estado do Tocantins

Fonte: Elaborado pela autora, 2010.

O presente estudo considerou o número de IES, de cursos e de vagas no País, nas cinco regiões brasileiras e também no Estado do Tocantins, tendo como parâmetro o período compreendido entre os anos de 1991 e 2008, a

Tabela 1 – Evolução do Número de IES no Brasil, por Região e no Tocantins – 1991-2008

UF/ Região	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	893	893	873	851	894	922	900	973	1.097	1180	1391	1673	1859	2013	2165	2270	2281	2252
Nordeste	100	105	95	88	92	97	101	124	141	157	211	256	304	344	388	412	422	432
Sudeste	564	563	550	539	561	575	553	570	634	667	742	840	938	1001	1051	1093	1095	1069
Sul	131	124	126	122	120	122	120	131	148	176	215	260	306	335	370	387	375	370
Centro-Oeste	71	74	75	79	90	94	92	108	132	134	162	198	210	215	234	243	249	242
Norte	27	27	27	23	31	34	34	40	42	46	61	83	101	118	122	135	140	139
Tocantins	2	2	2	2	2	3	3	4	4	4	7	15	18	23	25	32	31	32

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DEED.

Tabela 2 – Evolução do Número de Cursos no Brasil, por Região e no Tocantins – 1991-2008

UF/ Região	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	4098	5081	5280	5562	6252	6644	6132	6950	8878	10585	12155	14399	16453	18644	20407	22101	23488	24179
Nordeste	764	774	801	827	938	1031	934	1134	1467	1662	1978	2514	2927	3318	3560	3944	3963	4215
Sudeste	2501	2571	2625	2734	3029	3178	2947	3247	4151	4844	5489	6341	7394	8545	9549	10341	11090	11709
Sul	1035	1092	1166	1239	1389	1463	1342	1575	2015	2382	2682	2949	3252	3561	3893	4141	4472	4658
Centro-Oeste	395	412	426	449	521	560	528	607	760	989	1163	1395	1574	1693	1923	2026	2171	2335
Norte	213	232	262	313	375	412	381	387	485	708	843	1200	1306	1527	1482	1649	1792	1802
Tocantins	13	22	26	27	31	34	35	37	57	81	138	235	228	357	273	265	262	154

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DEED.

Tabela 3 – Evolução do Número de Vagas no Brasil, por Região e no Tocantins – 1991-2008

UF/ Região	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	516.663	534.047	548.678	574.135	610.355	634.236	699.198	803.919	969.159	1.216.287	1.408.492	1.773.087	2.002.733	2.320.421	2.435.987	2.629.598	2.823.942	2.985.137
Nordeste	64.498	65.647	66.010	67.992	73.652	76.055	81.819	93.731	121.999	141.565	176.512	240.333	277.540	321.929	334.897	358.428	393.690	428.754
Sudeste	316.568	333.052	339.396	351.460	375.293	390.566	430.082	486.773	571.398	707.779	804.637	989.293	1.110.776	1.308.554	1.370.275	1.495.287	1.617.864	1.715.043
Sul	90.938	89.318	93.769	101.340	104.254	106.400	115.217	142.441	171.337	214.470	248.120	299.247	339.777	366.189	378.665	390.503	387.393	390.024
Centro-Oeste	32.145	33.238	34.612	35.801	38.910	42.384	50.845	57.076	74.998	102.819	121.565	157.623	183.703	205.811	225.491	251.361	280.859	294.734
Norte	12.514	13.592	14.891	17.542	18.246	18.831	21.235	23.898	28.427	49.654	57.658	86.591	90.935	117.938	126.659	134.019	144.136	156.582
Tocantins	610	936	1210	1510	1705	2115	2048	2687	2640	2868	6068	9160	10422	17792	11435	14023	14016	14316

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DEED.

Tabela 4 – Evolução do Número de IES no Brasil e nos Estados da Região Norte – 1991-2008

UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	893	893	873	851	894	922	900	973	1.097	1.180	1.391	1.637	1.859	2.013	2.165	2.270	2.281	2.252
N	27	27	27	23	31	34	34	40	42	46	61	83	101	118	122	135	140	139
RO	5	5	5	5	7	8	8	11	14	18	21	24	25	22	24	26	28	29
AC	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	3	6	6	7	7	9	9	9
AM	8	5	5	5	10	11	10	12	11	10	14	15	18	18	19	19	19	19
RR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	4	6	12	11	11	11	7
PA	11	11	11	7	8	8	9	9	8	9	10	13	20	25	25	28	30	31
AP	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	6	8	11	11	12	12	12
TO	2	2	2	2	2	3	3	4	4	4	7	15	18	23	25	32	31	32

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DEED.

Tabela 5 – Evolução do Número de Cursos no Brasil e nos Estados da Região Norte – 1991-2008

UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	4.908	5.081	5.280	5.562	6.252	6.844	6.132	6.950	8.878	10.585	12.155	14.399	16.453	18.644	20.407	22.101	23.488	27.719
N	213	232	262	313	375	412	381	387	485	708	843	1.200	1.306	1.527	1.482	1.649	1.792	1.802
RO	34	36	38	38	47	57	62	65	66	97	100	125	140	150	178	180	198	213
AC	16	16	17	18	26	27	24	17	23	24	60	75	80	85	57	142	147	156
AM	53	63	65	65	70	83	77	79	99	194	220	369	413	399	395	429	474	518
RR	11	12	16	18	18	18	18	18	18	18	21	23	27	48	54	80	89	94
PA	70	72	89	136	172	182	154	160	208	279	286	339	372	426	450	463	522	570
AP	16	11	11	11	11	11	11	11	14	15	18	34	46	62	75	90	100	97
TO	13	22	26	27	31	34	35	37	57	81	138	235	228	357	273	265	262	154

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DEED.

Tabela 6 – Evolução do Número de Vagas no Brasil e nos Estados da Região Norte – 1991-2008

UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	516.663	534.847	548.678	574.135	610.355	634.236	699.198	803.919	969.159	1.216.287	1.408.492	1.773.087	2.002.733	2.320.421	2.435.987	2.629.598	2.823.942	2.985.137
N	12.514	13.582	14.891	17.542	18.246	18.831	21.235	23.898	29.427	49.654	57.658	86.591	90.935	117.938	126.659	134.019	144.136	156.562
RO	1.759	1.460	1.320	2.540	2.854	2.490	2.609	3.191	3.232	8.344	8.667	14.962	16.595	17.387	17.229	17.004	19.317	20.851
AC	635	635	675	675	730	805	810	879	810	1.400	4.783	3.602	5.472	4.900	6.250	11.316	7.850	7.945
AM	2.470	3.055	2.961	2.815	4.035	4.505	4.656	5.152	10.205	16.316	19.183	35.787	29.325	36.567	45.319	44.009	46.742	51.889
RR	330	886	850	1.082	1.262	680	680	670	390	540	910	1.320	1.655	4.129	4.511	7.152	6.666	5.569
PA	6.260	6.070	7.325	8.180	7.250	7.790	9.995	10.837	10.856	15.372	14.256	16.817	20.172	27.010	29.702	30.261	39.013	44.281
AP	450	550	550	740	410	446	457	482	1.294	4.814	3.791	5.243	7.294	10.153	12.213	10.254	10.232	11.731
TO	610	936	1.210	1.510	1.705	2.115	2.048	2.687	2.640	2.868	6.068	9.180	10.422	17.782	11.435	14.023	14.016	14.316

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DEED.

Discussão

Ao analisar os dados do Censo, constata-se que ocorreram avanços significativos no ensino superior tocantinense. Em 16 anos, a quantidade de IES passou de 2 para 32; em número de cursos saltou de 13 para 154; e, em vagas ofertadas, de 610 para 14.316, o que representa, em termos percentuais, um aumento de 1600%, 1184% e 2347%, respectivamente.

Entretanto, observa-se ainda uma grande disparidade em relação aos números nacionais. Em comparação aos dados brasileiros no ano de 2008, as instituições de ensino superior tocantinenses representavam apenas 1,42% do total de IES do Brasil; os cursos somente 0,64% e as vagas apenas 0,048%.

A região Sudeste liderava, sendo a que dispõe do maior número de IES, cursos e vagas, seguida pelas regiões Sul e Nordeste, que disputam o segundo e terceiro lugares, e a Centro-Oeste, que ocupa o quarto lugar em todos os itens. A região Nordeste ocupa o segundo lugar em quantidade de IES e o terceiro em cursos e vagas. A região Norte se encontra em quinto e último lugar entre os três itens estudados.

Numa comparação entre os sete estados que compõem a região Norte (Tabelas 4, 5 e 6), em 2008 o Tocantins se destacou ocupando o 1º lugar em número de IES. Contudo, em número de cursos, ocupava o 5º lugar, tendo à frente os estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Acre e em número de vagas, o 4º, perdendo para o Amazonas, Pará e Rondônia.

Conclusão

Sabe-se que os avanços qualitativos nem sempre são proporcionais aos quantitativos e esta tem sido a pauta de muitas discussões acerca do

ensino superior. Também é sabido que os números ainda estão longe da meta do governo federal que pretende alcançar 30% dos jovens entre 18 e 24 anos até 2011, sendo que atualmente apenas 13% desse público adentraram o ensino superior.

Entretanto, é inegável o fato de que a educação superior tem experimentado grandes progressos nas últimas décadas, possibilitando que milhares e milhares de pessoas tenham acesso à formação de 3º grau.

Aliado a isso, o Brasil tem presenciado ainda uma interiorização do ensino, com a criação e instalação de instituições públicas e privadas, de norte a sul do País, permitindo a diminuição das desigualdades regionais em termos de ofertas de vagas.

O Tocantins também vivencia tal processo, com a criação e expansão dessas instituições em vários de seus municípios, conforme foi possível constatar. Nesse contexto, é preciso considerar as diferentes realidades que ainda o separam dos demais estados, a exemplo da densidade populacional, uma vez que toda a população do Estado pode equivaler aos habitantes de uma capital brasileira.

O Estado avançou bastante, mas ainda há um longo caminho a percorrer. O fortalecimento do ensino superior depende ainda de mais incentivos governamentais, no intuito de estendê-lo a uma parcela cada vez maior da sociedade, ampliando as possibilidades socioeconômicas da população e colaborando para o desenvolvimento local e regional.

Referências

BARBI, Elivanete Z.; SANTOS, Sônia Maria C. Comunicação Organizacional como Diferencial Competitivo nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Disponível em:

<<http://www.rpbahia.com.br/biblioteca/intercom2006/resumos/R1415-1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>>. Acesso em: 14 out. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

CONEXÃO TOCANTINS. Resolvido Caso Iespen: Governador Credencia o Itpac Porto Nacional. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2008/09/10/resolvido-caso-iespen-governador-credencia-o-itpac-porto-nacional/>>. Acesso em: 05 out. 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.

GOVERNO DO TOCANTINS. Disponível em: <<http://to.gov.br/tocantins/2>>. Acesso em 15 out. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2008. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a08v41sp.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.

RAMAL, Andrea Cecília. A nova LDB: destaques, avanços e problemas. Disponível em: <<http://www.pedroarrupe.com.br/upload/ldbceap.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2010.

SOUZA, Raquel Aparecida; SILVA, Marcelo Soares Pereira. História e perspectivas para a educação superior no Estado do Tocantins: encantos e desencantos sobre o direito à educação pública e gratuita. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/513Raquel_e_MarceloSoares.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.